

DESCRIÇÃO DAS MOEDAS DE ANGOLA E S. TOMÉ E PRÍNCIPE (*)

PELO DR. LUÍS PINTO GARCIA

DUAS PALAVRAS NECESSÁRIAS

Quando em 1941 publicámos a 1.^a edição deste opúsculo, cujo estudo iniciáramos dois anos antes, tínhamos a certeza absoluta que, embora pres-tássemos um serviço aos coleccionadores de moedas ultramarinas, por nada existir então, no género, ele não seria ainda o guia seguro para as séries de Angola e de S. Tomé, enfermando de imperfeições, dúvidas e erros a que este género de trabalhos não se pode de maneira nenhuma furtar.

As fontes de informação escasseavam, as ligações com aquelas duas províncias ultramarinas não eram muito fáceis para o fim em vista e por lá pouca gente haveria que nos tirasse qualquer dúvida, os coleccionadores, com raras e honrosas excepções, pouco se prestavam à colaboração tão neces-sária, e o Museu Numismático Português pouco nos pôde então ajudar neste capítulo. E quanto a informações, até a extinta Junta da Moeda de Angola nos induziu em erro quanto a uns novos valores que nunca se chegaram a emitir. Penitenciámo-nos desse último erro em 1952, quando Wayte Raymond nos editou a monografia *The Coins of Portugal and Colonies—1901-1951*

Passados 13 anos sobre a publicação deste pequeno estudo específico sobre Angola e S. Tomé e Príncipe, e só então, surgiu um artigo sobre a última destas províncias portuguesas, da autoria do já consagrado estudioso brasileiro Kurt Prober, que a *Nummus* n.º 5 deu à estampa e que se intitulava *Moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe»*.

Kurt Prober, numismata de renome, com um *curriculum* invejável,

(*) 2.^a edição corrigida e actualizada.

autor de bibliografia enorme, iniciou a sua colaboração na revista portuguesa em momento de má inspiração e, com um azedume que não se compadece com a sua estatura de investigador, deu-lhe para maltratar os confrades portugueses, não poupando especialmente Batalha Reis e o autor destas linhas, pois afastou-se da correcção que este, como outros assuntos, impõem acima de tudo e, usando dum à-vontade muito sul-americano, enveredou por uma senda de confusionismos e de contradições, que roubaram ao artigo uma parte bastante importante de interesse.

Nessa altura achávamo-nos em situação que, por motivos bem estranhos à nossa vontade e bem estranhos igualmente à Numismática, não permitiram responder ao Senhor Kurt Prober. Fâ-lo-íamos, estamos disso convencidos, sem a acrimónia usada por aquele numismata. Respondeu-lhe, passados dois anos e com raríssima felicidade, o saudoso Raul da Costa Couvreur, notável figura de investigador e de gentil-homem, cuja memória recordamos com o maior respeito.

Entretanto o pequeno opúsculo da nossa autoria esgotou-se e, por solicitação de inúmeros coleccionadores, metemos novamente ombros à sua reedição, ampliada com as emissões modernas, extirpada de valores comerciais, anotada e acrescentada onde se impõe e, ao mesmo tempo, debatendo o ponto fraco, assim se lhe pode chamar, da série santomense de 1819-1822.

Registamos, para finalizar, a preciosa colaboração que nos foi prestada pelo confrade e amigo Sousa Nunes, homem sabedor e meticoloso, sempre pronto a coadjuvar os estudos numismáticos, para quem vão, com a mais rendida admiração, os nossos melhores agradecimentos.

ANGOLA

Cauris

Entre os variadíssimos objectos e mercadorias que, na Costa da Guiné, corriam como moeda, tal como a missanga, o sal ⁽¹⁾, peças de algodão ⁽²⁾, etc. contam-se os *cauris* ou búzios. Parece que o uso dos *cauris*, *caurins* ou *coris*, as antigas *cyproea moneta* ou *cyproea caurica* veio do Oriente e se espalhou pela costa de África e pelo sertão. Estas conchas chamadas *bouges* pelos indígenas foram naturalmente trazidas pelos mercadores indianos que as davam aos africanos em pagamento das mercadorias. O seu uso foi seguido por Holandeses e Franceses e, tudo leva a crer, também pelos Portugueses. Estes *cauris*, grande parte deles provindos das Ilhas Maldivas, tendo os desta proveniência uma cor alvíssima, correram no Sião com o nome de *bias* e foram usados pelos Espanhóis nas Filipinas, onde eram conhecidos sob a designação de *signeias*. O *Diccionario Universal das Moedas*, etc. de autor anónimo, donde extraímos algumas informações, dá-nos curiosos dados sobre a circulação das «conchas cauris». Assim diz ele: «A maior, ou menor distancia da Costa Maritima aumenta, ou diminue o valor destas conchas; pois nas partes do interior, nas permutações que fazem, dão menos conchas em pagamento do que na beira-mar».

O seu valor era pouco mais ou menos o seguinte:

10 *cauris* valiam um pano ou 5 réis, mas por vezes também com 4 réis se compravam 50 a 60 *cauris*:

Com 80 a 150 ARRÁTEIS DE CAURIS	comprava-se um escravo;
Idem	comprava-se uma peça de algodão;
Idem	comprava-se um dente de elefante;
Idem	comprava-se um pão, ou forma de cera.

Diz ainda o autor do *Diccionario* que primitivamente se davam 12 000 a 13 000 arráteis por 500 a 600 escravos e que depois um carregamento de carne humana com o mesmo número de indivíduos passou para 25 000 a 28 000 arráteis.

(¹) As *Pedras de Sal da Quissama*, segundo Travassos Valdez.

(²) E ainda os *Libongos* que, de acordo com o autor da *Notícia sobre os Pesos*, etc., eram «uns paninhos quadrados semelhantes aos guardanapos feitos de um tecido de palha tão flexivel como o linho, e de côr amarella».

Estas conchas serviam não só de moeda como também para ornamento da indumentária e adorno das peças de pano.

Finalizaremos dizendo que ao *cauri* se chamou em Angola *Zumbo*, *jimbo* e, por vezes, *denti de pretinha*.

M O E D A S

A primeira moeda, propriamente dita, cunhada para Angola (e, duma maneira geral, para a África Ocidental Portuguesa), apareceu no reinado de D. Pedro II. Constava de peças de 20, 10 e 5 Réis de cobre e o seu primeiro ano de amoeção parece ter sido o de 1693 ⁽¹⁾.

Ainda no seu reinado, em 1704, por Carta Régia de 10 de Fevereiro, foi mandada circular na colónia do Brasil, que até então não tivera moeda deste metal.

A moeda de 5 réis não era conhecida do P.^e D. José Barbosa, continuador das *Notícias de Portugal* (2.^a edição) de Severim de Faria, pois, na página 186, diz: «Mandou lavrar moedas de cobre de 20 rs., e de 10 rs., que tem de uma parte estas letras: PETRUS II D.G. PORTUG. R.D. ETHIOP; e na outra dois XX entre uma espécie de quatro crescentes, em cujos vãos há quatro PP, e ao redor: MODERATO SPLENDEAT USU 1697». Ferdinand Denis trasladou toda a parte da numária descrita na obra de S. de Faria, nas págs. 228-260 do PORTUGAL PITTORESCO. D. António Caetano de Sousa, no tomo IV, livro V, pág. 290 da *História Genealógica*, também ignora a existência de tal peça.

D. PEDRO II

XX RÉIS — PETRVS. II.D.G. PORTVG. R.D.AETHIOP. Armas ornamentadas do Reino.

Rev. — MODERATO * SPLENDEAT * VSV . 1693. No meio de quatro arcos, com florões, o valor X * X, rodeado por quatro PP (Porto). Ae.

Conhecem-se exemplares dos anos de 1694, 1695, 1697, 1698 e 1699, ano em que terminou a amoeção da série ⁽²⁾. Desconhece-se a existência de qualquer exemplar de 1696.

⁽¹⁾ No ano seguinte foram introduzidas em Angola pelo Governador Henrique Jacques de Magalhães. Devido a isso houve descontentamento entre as tropas da Guarnição da Colónia, o que é confirmado por Travassos Valdez, que afirma que a moeda de cobre foi introduzida com custo, em Luanda, em 1694.

⁽²⁾ A primeira edição deste opúsculo inseria os valores, no mercado de então, da maioria dos espécimes.

Uma variante de cunho com SP .LENDEAT no reverso é citada por Schulman no catálogo de venda da colecção Grogan.

X RÉIS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1694. No meio de quatro arcos, com florões, o valor X, rodeado por quatro PP. Ae.

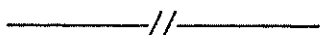
São conhecidos exemplares de 1695 ⁽¹⁾, 1696, 1697 e 1699. Não se conhecem dos anos de 1693 e 1698. Os de 1695 são raríssimos.

V RÉIS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1694. No meio de quatro arcos, com florões, o valor V rodeado por quatro PP. Ae.

São conhecidos exemplares de 1695 e 1696. Parece não se terem cunhado em 1693, 1697, 1698 e 1699.

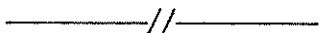
Esta moeda é da maior raridade. A de 1694 é extraordinariamente rara.



Na regência do príncipe D. João, o decreto de 18 de Abril de 1809 determinou duplicar-lhes o valor e para isso foram carimbadas com um escudete. São conhecidas contramarcadas de XX Réis de: 1693, 1694, 1695, 1697, 1698 e 1699;

De X Réis de: 1694, 1695, 1696, 1697 e 1699;

De V Réis de: 1694, 1695 e 1696.



CONTRAFACÇÕES (?) — J. Schulman, no seu catálogo LV de Dezembro de 1911, apresenta-nos um exemplar de XX Réis, sob o n.º 1602, de latão, e dá-o como suspeito. Será falso?

D. JOÃO V

Neste reinado não se conhece moeda para a colónia, muito embora se diga ter circulado nessa possessão africana a série de cobre de XX, X, e V Réis cunhada em Lisboa para o Maranhão em 1749. Trata-se dos espécimes com a seguinte legenda anversa: IOANNES.V.D.G.P. ET. BRASIL. REX —, o valor no centro entre rosetas, com uma coroa por cima e data por baixo e a legenda do reverso: PECVNIA . TOTVM—CIRCVMIT. ORBEM em volta duma esfera armilar.

(¹) São conhecidos exemplares com data contrafeita, segundo informação do Senhor Sousa Nunes.

Parece ser desta época o aparecimento duma peça de cobre em forma de X, o símbolo exuberantemente representado nas moedas de D. Pedro II, que teria chamado a atenção do indígena. Destas peças, de fabrico nativo, pouco se sabe e com certeza pouco tempo teria durado o seu curso, dada a dificuldade de transporte, visto serem compridas e pesadas. O Senhor Dr. P. Batalha Reis cita e apresenta a gravura dum exemplar, no seu curioso trabalho intitulado *Numismática*, com 33,3 centímetros de comprimento e 1 700 gramas de peso! ⁽¹⁾.

O nosso velho amigo José Maria Folgosa também nos prometeu estudar peças semelhantes aparecidas em Moçambique há anos.

D. JOSÉ I

É com este monarca que torna a aparecer a moeda de forma circular. Foi em 1752 ⁽²⁾ que se deliberou cunhar uma série exactamente semelhante à de Lisboa para o Maranhão. Consta de peças de XX, X e V Réis e do novo valor de XL. A amoedação terminou em 1757 e pouco mais ou menos na mesma época a moeda entrou na circulação da colónia do Brasil. Conhecem-se apenas exemplares de 1752, 1753 e 1757.

XL RÉIS — IOSEPHUS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE. No centro ☉ X ☉ L ☉; em cima a coroa e em baixo 1753.

Rev. — PECVNIA . TOTVM—CIRCVMIT . ORBEM. Esfera armilar. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1757; até agora ainda não apareceu nenhum exemplar de 1752.

XX RÉIS — A mesma legenda. O valor ☉ X ☉ X ☉; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

X RÉIS — A mesma legenda. O valor ☉ X ☉; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

⁽¹⁾ Uma imitação destas cruzetas figurou, segundo Mgr. Alves da Cunha, em *O Pavilhão do Banco de Angola, etc.*, na Exposição-Feira de Luanda, em Agosto de 1938.

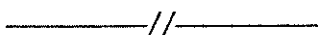
⁽²⁾ Pelo Aviso Régio de 1 de Dezembro.

V RÉIS — A mesma legenda. O valor ☉ V ☉ ; em cima a coroa e em baixo 1752.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1753 e 1757.

A legenda por vezes termina em GUINE em lugar de GUINEAE.



Como as de D. Pedro II também esta série foi contramarcada para duplicação do valor. Com o escudete são conhecidos exemplares de XL Réis de: 1753 e 1757; de XX Réis de: 1752, 1753 e 1757; de X Réis de: 1752, 1753 e 1757; e de V Réis de: 1752, 1753 e 1757.

2.ª SÉRIE

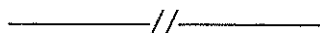
A segunda série de moedas para Angola (desta vez exclusivamente para esta colónia) constava de peças de prata e de cobre e teve início em 1762. Pela primeira vez se cunhava moeda de prata para Angola e pela primeira vez se iria usar o valor *Macuta* ⁽¹⁾, moeda de conta usada pelos indígenas de Angola e da Costa de África. Sobre a *Macuta* diz o autor do citado *Diccionario Universal das Moedas, etc.* o seguinte: «*Macuta, modo de contar, a que se pode mui bem chamar Moeda de conta, de que usão os Pretos em algumas paragens da Costa de Africa e com especialidade na Costa de Angola assim como em Loango. Cada Macuta vale dez, e dez Macutas valem hum cento, e cada cento entre os Pretos figura como outra moeda de conta. Por quanto, para avaliarem as suas compras, e vendas, ou para os seus alborques, taxão primeiro o numero de Macutas que pretendem pelo que dão, e depois reduzem em Macutas o preço por que querem acceitar os generos, ou effeitos que pretendem receber em escambo, ou alborque.*

O benigno Leitor creio não duvidará desculpar esta digressão, para conhecer cousa de utilidade ao Commercio.

Supondo que a taxa, ou preço de hum effeito qualquer, fosse de tres mil, a este genero põem o de trezentas Macutas; e em Escambo paga, ou permutação, como cada genero, ou qualidade de fazenda também tem seu preço em Macutas; tanto recebem até igualar o numero de Macutas de ambos os generos. A avaliação he, por exemplo, duas facas contão-se por huma Macuta, hum tachinho de cobre de pêzo de dois arrates, conta-se por tres

⁽¹⁾ Do termo indígena *Mukuta*, que designava os panos de palha ou mabela, os já citados Libongos.

Macutas; huma frasqueira de carregação de doze frascos de agoa ardente, está já taxada em cem Macutas, e assim dos mais generos á proporção, segundo a falta, ou abundancia delles».



Prata: A amoedação da prata fez-se em Lisboa entre 1762 e 1770 e constava de peças de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 ⁽¹⁾ macutas, correspondendo respectivamente a 6, 5, 4, 3 e 2 tostões e 1 tostão. Diz Lopes Fernandes que se fabricaram à «razão de 7.800 réis por cada marco de prata da lei de 11 dinheiros. Treze moedas de 12 macutas cada uma peçam um marco, e tendo este 4 608 grãos, cabe de pezo a cada uma destas moedas de 12 macutas, ou seiscentos réis 354 6/13 grãos exactos».

A grande inovação é a legenda do reverso em português: AFRICA PORTUGUEZA.

12 MACUTAS — JOSEPHUS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE.
Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1762. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 12 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770. Por vezes, em vez dum ponto, há uma roseta entre as palavras AFRICA PORTUGUEZA.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 10 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 8 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 6 * . Ar.

Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

(¹) Embora o *Diccionario Universal*, pág. 191, e a *Relação* de Fr. José M. Veloso falem da Macuta de prata, não appareceu até hoje nenhum exemplar autêntico. Consta-nos existir um exemplar de 1763 numa colecção da Metrópole.

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 4 *. Ar.

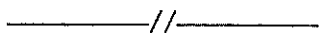
Conhecem-se exemplares com as datas de 1763 e 1770.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Mesmas legenda e data. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS * 2 *. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1763. Parece não se ter cunhado este valor em 1770.

J. Schulman aponta no catálogo de venda das colecções Freitas da Silva — Calmon Viana um exemplar de 1761! Será gralha tipográfica ou existirá, na verdade, algum exemplar daquela data?



Cobre: A série de cobre, cunhada igualmente em Lisboa, constava de peças de 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta ⁽¹⁾, $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga ⁽²⁾ e Pano, correspondentes respectivamente a 50, 25, 12 $\frac{1}{2}$ e 5 Réis e vai de 1762 a 1771 ⁽³⁾.

As legendas são iguais às das peças de prata, mas algumas vezes GUINE aparece em vez de GUINEAE e a legenda é cortada inferiormente pelas armas (G. — REX.).

MACUTA — A mesma legenda. Armas do Reino sobre a esfera.

Rev. — A mesma legenda. 1762. O valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763 e 1770.

 $\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1762. O valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763, 1770 e 1771.

⁽¹⁾ Chamada *Mitiar* no sertão, nos meados do século passado, segundo Travassos Valdez.

⁽²⁾ *Quipaca* ou *Kipaka*.

⁽³⁾ Não deixa de ser curioso o que a respeito destas moedas de cobre nos diz Valdez (*Notícia, etc.*, pág. 36), apesar de algumas inexactidões.

$\frac{1}{4}$ de MACUTA — Idêntico.

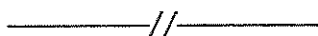
Rev. — Idem. 1762. O valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1763, 1770 e 1771.

PANO — JOSEPHUS . I . D . G . — REX . P . ET . D . GUIN. Idem.

Rev. — Idem. 1770. O valor V entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1771.



CARIMBOS — Para duplicação do seu valor foi toda a série de cobre contramarcada, mas desta vez com um escudo coroadado, em geral com aspecto bárbaro, provavelmente apostado em África, a substituir o primitivo escudete. São raras as que não se encontram carimbadas e por isso o valor destas no mercado é muito inferior ao das intactas. São conhecidos exemplares contramarcados de:

Macuta de 1762, 1763 e 1770;

$\frac{1}{2}$ Macuta de 1762, 1763 e 1770;

$\frac{1}{4}$ de Macuta de 1762, 1763, 1770 e 1771;

Pano de 1770 e 1771.



RECUNHAGENS — A falta de metal motivou o aproveitamento de outras peças retiradas da circulação ou de peças de outra região onde havia abundância. É vulgar o coleccionador deparar com inúmeras recunhagens, em geral de Macutas. Ou são recunhagens sobre moedas brasileiras ou sobre peças da primeira série deste monarca.

D. MARIA I e D. PEDRO III

Neste reinado continuou a lavrar-se moeda de prata com as mesmas legendas, salvo os nomes dos soberanos, e os mesmos tipos, pesos e valores que os do tempo do pai de D. Maria I. A prata era igualmente de 11 dinheiros e lavrava-se à razão de 7800 réis por marco de metal. A peça de 12 Macutas pesava 354 $\frac{6}{13}$ grãos e as restantes proporcionalmente.

Os valores são de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 Macutas, mas Fr. José Mariano Veloso, o célebre frade-impressor, e o autor desconhecido do citado *Diccionario* falam de uma moeda de 1 Macuta de prata, desta época, valendo 50 réis. Presume-se que seja confusão destes tratadistas, pois até agora ainda não se encontrou indício de qualquer espécime.

O *Archeologo Portuguez*, vol. XX, pág. 27, diz que «*consta vagamente que existe numa das colecções mais importantes de Lisboa*».

Ainda a respeito convém transcrever o que nos diz o falecido numismata Manuel F. Vargas nas págs. 310-311 do *Archeologo Portuguez*, vol. XXI: «*Ao que disse a pp. 27 e 28 do vol. XX do «Arch. Port.» devido a informação do Sr. J. A. de Moraes Lobo, empregado de obras públicas, que nos primeiros anos deste século viveu em Loanda, em comissão de serviço público, posso acrescentar o seguinte: Que nos fins do século passado, ou princípios deste, segundo foi afirmado ao mesmo senhor por pessoa de toda a seriedade, um hábil artista de Loanda abriu os cunhos para UMA MACUTA DE PRATA e batera alguns exemplares — muito poucos — executando todos os trabalhos com tal perfeição que seria difícil distinguir as moedas contrafeitas das verdadeiras... se existissem; e finalmente que uns dois ou três desses exemplares tinham sido vendidos por altos preços.*

Será exacta a informação dada ao Sr. Moraes Lobo, que aliás partiu de pessoa séria e digna de crédito? E algum exemplar de UMA MACUTA DE PRATA, que figure em qualquer colecção será porventura proveniente desta emissão de Loanda? ou pelo contrário haverá algum exemplar desta moeda que tenha todas as características de autenticidade?

A amoedação, que é de Lisboa e feita exclusivamente para Angola, é de 1783-1785.

12 MACUTAS — MARIA.I.ET. PETRUS.III.D.G.REGES.P.ET.D. GUINEAE. Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 12 entre florões. Ar.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 10 entre rosetas. Ar.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 8 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1784. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 6 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1785. Um catálogo de venda da Liquidadora, de 1906, indica-nos, sob o n.º 909, um exemplar de 1783! Deve ser erro tipográfico (¹).

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 4 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784 e 1785.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 2 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1784.



COBRE: A série de cobre deste reinado fez-se também em Lisboa, entre 1783 e 1786, e compreende as peças de 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga, muito embora certos tratados só falem das duas primeiras. Os citados autor desconhecido e Fr. J. Mariano Veloso falam de uma peça de 2 Macutas de cobre, dizendo já ser rara naquele tempo. Nova confusão daqueles autores?! Uma peça semelhante só se cunhou mais tarde, na regência de D. João VI, como veremos.

MACUTA—MARIA . I . ET . PETRUS . III . D—G . REGES . P .
ET . D . GUINEAE. Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1770. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

São conhecidos também exemplares de 1783, 1785 e 1786.

As *Macutas* de 1770 de D. Maria I e D. Pedro III são recunhagens sobre peças do mesmo valor e da mesma data de D. José I. A este facto nos referimos mais desenvolvidamente na 1.ª edição. Em boa técnica não as devemos considerar nem híbridas nem anácronas propriamente ditas.

(¹) Na mesma dúvida abunda Sousa Nunes, nosso prestante confrade e gentil colaborador que, no entanto, nos apontou um desenho dum exemplar de 6 macutas de 1783 inserto na *Illustrated Encyclopaedia of gold and silver coins of the World*, de A. M. Smith — Filadélfia — 1886.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1783. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1784, 1785 e 1786.

$\frac{1}{4}$ de MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1784. No campo dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se ainda as datas de 1785 e 1786.

As Equipagas de Maria I e Pedro III não são vulgares.

—————//—————

CARIMBOS — O carimbo coroado que se lhes após, para duplicação do valor, é igual.

São conhecidas:

Macutas — de 1770, 1783, 1785 e 1786;

$\frac{1}{2}$ Macutas — de 1783, 1785 e 1786;

E Equipagas — de 1784, 1785 e 1786.

—————//—————

RECUNHAGENS — O número de recunhagens é imenso, principalmente sobre moedas de D. José I de Angola e do Brasil. As moedas apresentam-se com as legendas e as datas confusas, por vezes de difícil leitura. Desta espécie só se conhecem Macutas.

D. MARIA I

Por morte de seu esposo, D. Pedro III, ocorrida em 1786, mandou D. Maria I lavrar em Lisboa uma série de moedas de prata e de cobre em seu nome. Tudo leva a crer que a emissão principiou em 1789.

PRATA: Conservou os mesmos tipos, as mesmas legendas, com as devidas modificações, e os mesmos módulos e valores: 12, 10, 8, 6, 4 e 2 Macutas, lavradas à razão de 7800 réis por marco. A cunhagem fez-se no período de 1789-1797 e as moedas pesam sensivelmente o mesmo que as anteriores. Foi a última emissão de prata.

12 MACUTAS—MARIA . I . D . G . REGINA . P . ET . GUINEAE.
Armas.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 12 entre florões. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1795 e 1796.

10 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1796. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 10 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1797 ⁽¹⁾.

8 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 8 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1796.

6 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 6 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se também exemplares de 1796.

4 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 4 entre rosetas. Ar.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797 ⁽¹⁾.

2 MACUTAS — Idêntico.

Rev. — Idem. 1796 ⁽²⁾. Entre dois ramos de louro o valor MACU—TAS 2 entre rosetas. Ar.

Parece que este valor só se cunhou nesta data.

COBRE: A emissão de cobre fez-se também no período de 1789-1797, com os valores 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta ou Equipaga. Quando aparece alguma moeda com data anterior deve-se ao facto de ter sido recunhada sobre outra peça dos reinados anteriores em que a primeira data prevaleceu.

Parece ainda correr nesta altura o PANO, antiga moeda de 5 réis, pois o *Diccionario Universal das Moedas, etc.*, que é de 1793, fala nele como corrente e dá-lhe o primitivo valor e também o de $6\frac{1}{4}$ réis ⁽³⁾.

⁽¹⁾ Foi o último ano em que se cunhou moeda de prata, muito embora Travassos Valdez cite o ano de 1804 (...1796 e 1804, desde cujo ano se não lavrou mais... in «Noticia, etc.»).

⁽²⁾ O ex. 638 do Catálogo do 3.º leilão de Soares & Mendonça é apresentado como sendo de 1789. Erro tipográfico?

⁽³⁾ Diz-nos T. Valdez que já não apareciam c. 1856 e que tinham o valor então de 10 réis provinciais.

MACUTA — MARIA.I.D.G. REGINA — PORT. ET.D.GUINEAE.

Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1789. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1785. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Trata-se duma recunhagem, pois naquela data ainda vivia D. Pedro III e então foram lavradas moedas em nome dos dois soberanos. A emissão, como se disse, só começou em 1789.

Conhecem-se exemplares de 1789 e 1796.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1789. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1796 e 1797.

—————//—————

CARIMBOS— O mesmo carimbo aparece sobre as seguintes peças:

Macuta de — 1789 e 1797;

$\frac{1}{2}$ Macuta — de 1785 e 1789;

Equipaga — de 1789 e 1797.

—————//—————

RECUNHAGENS — É constante o seu aparecimento principalmente sobre moedas de D. Maria I e D. Pedro III.

PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO

D. João, ainda no Brasil, resolveu mandar emitir no Rio de Janeiro uma série de moedas de cobre para Angola. Conservou esta moeda o mesmo tipo, as mesmas legendas, com a mudança do nome do príncipe reinante, mas os módulos foram reduzidos. Apareceu pela 1.^a vez o valor de 2 Macutas em cobre. Constou a série, que foi feita em 1814-1816, de 2 Macutas, Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta. A primeira tinha o módulo da Macuta anterior, a Macuta o módulo da $\frac{1}{2}$ Macuta, a $\frac{1}{2}$ Macuta o da Equipaga e a Equipaga o do Pano; porém, os valores prevaleceram os mesmos, isto é, 100, 50, 25 e 12 $\frac{1}{2}$ réis.

2 MACUTAS — JOANNES.D.G.PORT.P.—REGENS.ET.D.GUINEAE. Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1815. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TAS 2 entre florões e rosetas. Ae.

Há ainda exemplares de 1816, mas não se conhece nenhum de 1814 ⁽¹⁾.

MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1814. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—
—TA 1 entre rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815 ⁽²⁾ e 1816.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Mesma data. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

São conhecidos exemplares de 1815 e 1816 ⁽²⁾.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Mesma data. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—
—TA $\frac{1}{4}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se ainda exemplares de 1815 ⁽³⁾.

—————//—————

CARIMBOS — Usou-se o mesmo carimbo sobre as seguintes peças:

2 Macutas de 1815 e 1816;

Macuta de 1814 e 1816;

$\frac{1}{2}$ Macuta de 1816;

Equipaga de 1814.

—————//—————

RECUNHAGENS — Rara é a moeda que não mostra ter sido recunhada. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro aproveitou imensas peças anteriores para lavar esta nova emissão. As moedas, que serviram, foram, é claro, as destinadas a Angola, de D. José I, D. Maria I e D. Pedro III e D. Maria I. As de 2 Macutas recunharam-se sobre as Macutas anteriores, as Macutas sobre as $\frac{1}{2}$ Macutas e as $\frac{1}{2}$ Macutas sobre as Equipagas. Parece que as *Equipagas* não foram recunhadas sobre outras; ignoramos, no entanto, se os *Panos* de D. José, moedas que têm o módulo daquelas, foram aproveitadas.

⁽¹⁾ Lopes Fernandes, citando as peças de D. João P. R., de 2 Macutas, 1 Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e $\frac{1}{4}$ de Macuta, afirma que todas as que viu foram lavradas em 1814.

⁽²⁾ Kurt Prober não menciona estas datas no seu *Catálogo das Moedas Brasileiras*.

⁽³⁾ Kurt Prober, obra cit., diz que não existe. Muitos numismatas, de facto, põem em dúvida a existência de Macutas de 1815, Meias Macutas de 1816 e de Equipagas de 1815.

D. MIGUEL I

D. João VI, como rei, e seu filho D. Pedro IV não cunharam moeda para Angola, e só com D. Miguel se tentou emitir dinheiro, em Lisboa, para a nossa maior colónia. Trata-se de ensaios, bastante raros, de 1831 ⁽¹⁾, de 2 Macutas, Macuta, $\frac{1}{2}$ Macuta e Equipaga ou $\frac{1}{4}$ de Macuta.

Conservou-se o mesmo tipo, as mesmas legendas, com as devidas substituições, e os mesmos pesos e módulos que as correspondentes de D. Maria I. A inovação apresentada é o nome do rei aparecer na forma portuguesa e não alatinada como nas suas da metrópole e nas coloniais dos seus antecessores.

2 MACUTAS — MIGUEL . I . D . G . REX . ET . D . GUINEAE.

Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1831. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TAS 2 entre florões. Ae.

MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA 1 entre florões. Ae.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões. Ae.

EQUIPAGA — Idêntico.

Rev. — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{4}$ entre florões. Ae.

D. MARIA II

Para Angola nunca se cunhou ouro, mas as *Peças* e as *Meias Peças* correram na possessão, neste reinado ⁽²⁾ e talvez anteriormente, com os valores de 13.000 réis e 6.500, respectivamente. As *Macutas* de prata de D. José I a D. Maria I corriam, também ⁽²⁾, com o aumento de 25 % e,

⁽¹⁾ Aragão — *Hist. du Trav.* aponta a data de 1833.

⁽²⁾ E continuavam correndo no reinado seguinte, segundo se depreende da *Noticia, etc.*, de Luiz Travassos Valdez, publicada em 1856.

Além do ouro metropolitano e da prata angolana, circulavam onças espanholas e moedas de oiro inglesas e americanas e moedas de prata também inglesas e americanas, além de *patacas* brasileiras e espanholas, ao câmbio de 1.400 réis provinciais (fracos).

por este cálculo, as moedas de 12 Macutas, cujo valor era de 600 réis, passaram a valer 750 réis e as outras proporcionalmente: 10 Macutas (500) 625 réis, 8 Macutas (400) 500 réis, 6 Macutas (300) 375 réis, 4 Macutas (200) 250 réis e 2 Macutas (100) 125 réis.

As de cobre antigas carimbadas, valendo portanto o dobro, continuavam a circular.

Lopes Fernandes diz-nos que em 1851 se lavraram moedas de cobre para Angola, mas está averiguado que a primeira emissão desta soberana data de 1848 ⁽¹⁾. Realmente foi nesta data que se emitiu, em Lisboa, a $\frac{1}{2}$ Macuta de cobre, a única moeda deste reinado ⁽²⁾ de tipo, legendas e módulo semelhantes às congêneres de D. José I e D. Maria I e D. Pedro III. O peso era igual e o valor também, ou sejam 25 réis.

Em 1853 cunharam-se na Casa da Moeda de Lisboa 5864 arráteis de metal, *que à razão de 25 réis cada Meia Macuta faz 3.567\$975 réis*, diz M. B. Lopes Fernandes.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — MARIA.II.D.G.REGINA — PORTUG.ET.D. GUINEAE. Armas sobre a esfera.

Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1848. Dentro dum círculo de contas o valor MACU—TA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1851 e 1853 ⁽³⁾.

—————//—————

CARIMBOS — As moedas carimbadas são raríssimas. Apenas se tem conhecimento de uma $\frac{1}{2}$ Macuta de 1848.

—————//—————

Não se conhecem recunhagens.

D. PEDRO V

Em 1858 mandou-se cunhar uma nova emissão de cobre para a colónia com o mesmo tipo, legendas, com a substituição do nome do rei, e os valores de 1 Macuta e $\frac{1}{2}$ Macuta. Tinham ambas quase o mesmo módulo, que era

⁽¹⁾ O peso e forma das macutas foi regulado ultimamente por Decreto de 5 Set. 1846 (Boletim Oficial n.º 154), determinando-se que cada uma pese $1 \frac{1}{3}$ onça, e que 10 d'estas moedas pesem um arratel; as meias macutas e quartos de macuta têm o peso correspondente (T. Valdez, obra citada, p. 36).

⁽²⁾ Cerca de 1856 continuavam circulando as macutas e as meias dos reinados anteriores, não aparecendo, já então, os Panos ou 5 réis.

⁽³⁾ Segundo a obra de Valdez, as Equipagas já eram raríssimas no mercado angolano nos meados do século XIX.

igual ao da $\frac{1}{2}$ Macuta de D. Maria II. A Macuta, porém, tinha o dobro da espessura da $\frac{1}{2}$ Macuta.

A emissão localiza-se no período de 1858-1860, posto que se desconheçam peças de 1859.

MACUTA — PETRUS.V.D.G. REX. — PORT. ET. D. GUINEAE.
Armas sobre a esfera.

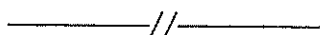
Rev. — AFRICA . PORTUGUEZA. 1860. Dentro dum círculo de contas o valor MACUTA 1 entre florões e rosetas. Ae.

Não se conhece nenhum exemplar de 1858.

$\frac{1}{2}$ MACUTA — Idêntico.

Rev. — Idem. 1858. Dentro dum círculo de contas o valor MACUTA $\frac{1}{2}$ entre florões e rosetas. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1860.



Não se conhecem peças carimbadas ⁽¹⁾ nem recunhadas.

D. LUIS I

Em virtude da falta de metal circulante, pois faltavam as antigas *Macutas*, e o dinheiro continental, que era enviado para a colónia, desaparecia a olhos vistos, enterrado na sua maior parte pelos indígenas, que assim continuavam a adoptar o processo que usaram outrora com os cauris, resolveu-se em 1886 cunhar nova moeda de cobre de 20, 10 e 5 réis. Apenas se fez o ensaio da peça de 20 réis e, o único exemplar conhecido ⁽²⁾, pertenceu à colecção Lamas (n.º 1.141 do seu catálogo). O organizador deste catálogo não copiou fielmente a legenda da peça que se descreve assim:

D. LUIZ . I . REI . DE . PORTUGAL. Busto à esquerda dentro de um círculo de glóbulos. No exergo .1886. Na orla um círculo de contas.

Rev. — PROVIN . IA . DE . ANGOLA. No campo 20 (o seu valor em réis), dentro de uma coroa de louro e carvalho. No exergo ULTRAMAR. Na orla um círculo de contas. Ae. *Vintém*. Peso — 11,95 gramas. Módulo — 32 mm.

⁽¹⁾ Chama-se a atenção para o que o Dr. Cecílio Moreira, de Moçâmedes, in *Numismática de Angola*, pp. 17, 19 e 22, afirma sobre carimbos em moedas de D. João P. R. no reinado de D. Pedro V.

⁽²⁾ Em 1941. Conhecem-se hoje (1964) mais dois exemplares.

No catálogo da colecção José Lamas vem PROVINCIA em vez de PROVIN . IA. A substituição do C por um ponto explica-no-la Manuel Joaquim de Campos nas págs. 198-199 do *Archeologo Portuguez*, vol. XII: «Nota-se que na legenda do reverso falta a letra C, substituída por uma arruela na palavra PROVIN . IA. A falta explica-se pela seguinte theoria de convenção no fabrico de ensaios monetários.

Quando há duas provas referentes a projecto novo, é costume deixar bem visível numa d'ellas a falta de letra, ou letras, ou outro sinal qualquer, a fim de que a prova escolhida facilmente se distinga da rejeitada».

A única novidade que a peça nos apresentava era as legendas serem totalmente em português. Como, porém, não passasse de ensaio, hoje extraordinariamente raro, passou a ser enviado para Angola dinheiro da Metrópole.

Com D. Carlos I e D. Manuel II também não se cunhou moeda especial para a colónia que só tornou a aparecer com o advento da

REPÚBLICA

A primeira emissão (1921-1924) era quase igual à da Metrópole. De cupro-níquel lavraram-se moedas de 20 e 10 centavos cuja descrição é a seguinte:

ANGOLA — 1921. Busto da República à esquerda.

Rev. — REPUBLICA PORTUGUESA. No campo 20 — CENTAVOS. No exergo um florão.

De \$20 há exemplares também de 1922 e 1924. De \$10 de 1921-1922-1923-1924 ⁽¹⁾.

De bronze — de 5, 2 e 1 centavos (1921-24):

REPUBLICA PORTUGUESA. No campo 5 — CENTAVOS.

No exergo uma roseta.

Rev. — ANGOLA × 1922 ×. No campo as armas.

⁽¹⁾ Diz-nos um amável informador que não existem no M. N. Português peças de \$20 e \$10 de 1924. Em 1952 deram-nos oficialmente a informação de que tinham sido emitidos 740.000 e 220.000 exemplares, respectivamente.

De \$05 há ainda exemplares de 1921, 1923 e 1924. De \$02 e \$01 só do ano de 1921 ⁽¹⁾.

Pela mesma altura (1922-23) lavrou-se também uma peça de níquel de 50 centavos ⁽²⁾ igual no anverso às de prata da Metrópole.

REPUBLICA PORTUGUESA. Busto da República à esquerda. No exergo 1922.

Rev. — ANGOLA * 50 CENTAVOS *. No campo as armas. Emitiram-se exemplares ainda em 1923.

ESTADO NOVO

a) 1927 — 1928

Em 1927, quando se cunharam as primeiras moedas de 1 Escudo e 50 Centavos, de alpaca, para a Metrópole, fez-se também uma emissão do mesmo metal para Angola de 50 Centavos ⁽³⁾, Quatro Macutas (20 Centavos), Duas Macutas (10 Centavos) e Uma Macuta (5 Centavos). Eram muito semelhantes às continentais, mas tinham o busto para a esquerda.

REPUBLICA PORTUGUESA — 1927. ANGOLA. Busto da República à esquerda.

Rev. — VINTE CENTAVOS. No campo as armas e no exergo * III—MACUTAS *.

Destas moedas, cunhadas na Casa da Moeda de Lisboa, por intermédio da Junta da Moeda de Angola, fizeram-se as seguintes quantidades: 1 600 000 de \$50 no valor de 800 contos; 2 000 000 de \$20 no valor de 400 contos;

⁽¹⁾ Há registos donde se depreende que houve emissões, experimentais certamente, de 300 exemplares de \$02 e \$01 de 1922. A este facto fizemos referência em 1952, no nosso trabalho *The Coins of Portugal and Colonies — 1901-1951*, mas, segundo informação recente (1964), os serviços da Casa da Moeda não compreendem como nos foram transmitidos há 12 anos tais dados! Garantem que não existem tais moedas no Museu Num. Português.

⁽²⁾ Cunhada em Birmingham (Inglaterra). Todas as outras foram fabricadas na Casa da Moeda de Lisboa.

⁽³⁾ Há, de 1927, ensaios em cobre com serrilha de \$50.

2 000 000 de \$10 no valor de 200 contos e 2 000 000 de \$05 no valor de 100 contos ⁽¹⁾.

Das de \$50, \$20 e \$10 há ainda emissões de 1928 ⁽²⁾.

b) Colónia de Angola

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo o valor.

Rev. — COLÓNIA . DE . ANGOLA. Armas de Angola. No exergo a data.

Alpaca — \$50 — 1948 e 1950. Do ano de 1949 fez-se uma emissão bastante diminuta.

Bronze — \$20 — 1948 — 1949

— \$10 — 1948 — 1949

Não existem peças de \$50 de 1949 ⁽³⁾ no M. N. Português e nós, por informação oficial fornecida em 1952, citámos a emissão de 156.000 exemplares no nosso opúsculo *The Coins of Portugal and Colonies — 1901-1951*.

c) Angola

REPÚBLICA . PORTUGUESA. Armas nacionais sobre a cruz de Cristo. No exergo a data.

. * . ANGOLA . * . Armas de Angola sobre o valor.

Prata — 20\$00 — 1952 e 1955

10\$00 — 1952 e 1955

Alpaca — 2\$50 — 1953 e 1956

A existência dum exemplar de 10 escudos de 1954 ⁽⁴⁾ é-nos revelada pelo Dr. António Durães como existente na sua colecção (*A Moeda de Angola, etc.*, in *A Permuta*, n.º 12). Tal moeda não existe no Museu Num. Português.

⁽¹⁾ Estatística referente às emissões de 1927. Os números estatísticos exactos são os seguintes: \$50 — 1.608.013; \$20 — 2.001.495; \$10 — 2.002.600; \$05 — 2.002.100.

⁽²⁾ Com o seguinte número de exemplares emitidos: \$50 — 1.600.000; \$20 — 500.000; \$10 — 1.000.000.

⁽³⁾ Afirmam-nos que na Casa da Moeda de Lisboa não há provas nem ensaios de tais moedas!

⁽⁴⁾ Asseveram-nos que na Casa da Moeda não há provas nem ensaios de tais moedas! Sabe-se agora (1964), por declaração do próprio Senhor Dr. Durães, que se trata duma gralha.

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo o valor.
 Rev. — . * . ANGOLA . * . Armas de Angola sobre a data.
 Bronze — 1\$00 — 1953 — 1956 — 1963
 \$50 — 1953 — 1954 — 1955 — 1957 — 1958 — 1961
 \$20 — 1962 ⁽¹⁾.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Só muito tarde as ilhas de S. Tomé e Príncipe tiveram moeda própria ⁽²⁾ e mesmo essa lavrada fora do arquipélago. Era regente então o príncipe mais tarde rei D. João VI. No período de 1813-1815 mandou-se emitir no Rio de Janeiro uma série de peças de cobre de 80, 40 e 20 Réis que foram enviadas para aquelas ilhas ⁽³⁾.

Conservavam o tipo geral da moeda colonial brasileira, com a diferença que o valor era dado em algarismos árabes. J. Schulman, baseando-se em Aragão, diz que esta emissão teve também curso em Moçambique. Trata-se, porém, de um equívoco do célebre perito-numismata, pois as moedas enviadas por D. João VI para aquela colónia, em 1820, eram as da emissão de 1819 e 1820 que ali correram pelo dobro do valor marcado, o que bastantes prejuízos causou localmente.

80 RÉIS — JOANNES.D.G.PORT.ET.BRAS.P.REGENS. Ao alto uma coroa e dentro dum círculo de contas o valor 80 entre rosetas sobre o ano de .1813.

Rev. — PECUNIA.TOTUM — CIRCUMIT.ORBEM. A esfera e R (Rio) sobre o zodíaco. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815 ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ No momento em que nos preparávamos para enviar para a impressão estes ligeiros estudos de numária angolana e santomense surgiu-nos, enviado por mão amiga, o opúsculo intitulado *Numismática de Angola* da autoria do Dr. Cecílio Moreira. Estudo muito interessante e ilustrado foi editado, em 1963, em Luanda, pelo Centro de Informação e Turismo de Angola. Como subsídio importante apresenta, na pág. 22, um conjunto de desenhos de carimbos.

⁽²⁾ Os pagamentos eram primitivamente feitos em oiro em pó. Circulavam igualmente pedaços de prata, sem dúvida moeda de prata espanhola cortada tal como nas Caraíbas. Refere-se-lhes T. Valdez afirmando que a *antiguidade, que é muita, não deixa perceber armas nem cunho*.

⁽³⁾ E que vieram substituir *uns pedaços de metal de baixa liga* (T. Valdez), a que se chamava *Oracrá*.

⁽⁴⁾ Kurt Prober não cita esta data no seu *Catálogo*.

40 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 40 entre rosetas sobre o ano de . 1813.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1815. Aragão cita um exemplar de 1814.

20 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 20 sobre o ano de . 1813.

Rev. — Idêntico. Ae.

Há também exemplares de 1815. Um exemplar de 1814 é citado por Aragão.

A citação da data de 1814 é que causou forte impressão ao Senhor Kurt Prober e deu origem à sua agressãozinha, que não causou, contudo, contusões. Aragão, de facto, cita na sua *Histoire du Travail* um exemplar de 40 Réis e outro de 20 Réis de 1814 e daí a citação. Não nos ocorreu se era gralha, mas sempre consultámos a Casa da Moeda nessa altura. Sem resultado, porém, e, como não achássemos, nas colecções existentes então e nos catálogos, mais qualquer exemplar desses valores do ano de 1814, demos-lhes a categoria de «muitíssimo raros» o que não nos pareceu desonesto.

Consultado recentemente o Museu Numismático Português vero-nos realmente a informação, dada por colega e amigo muito prestimoso, que não existe ali nenhum exemplar de 1814, nem tão-pouco qualquer exemplar de 80 Réis de 1815, data que se sabe existir. Mas também lá não existem outras datas de outros valores de que há a certeza absoluta que existem! O que existiu em 1867, ano da edição parisiense do trabalho de Teixeira de Aragão, na colecção real, pode não figurar hoje no Museu Numismático Português. E porque não?

De qualquer maneira aceitemos como realidade que não se emitiram moedas de 40 e 20 Réis em 1814, não porque o nosso confrade Senhor Prober tivesse insinuado que não havíamos percebido que se tratava de um erro de impressão, mas sim porque, após mais de vinte anos de investigações, não tivéssemos encontrado qualquer exemplar dessa data. E só por isso.



A 2.^a emissão, também do Rio de Janeiro, já se fez no reinado de D. João VI, no período de 1819-1822. Conservou quase o mesmo tipo, os mesmos pesos, os mesmos valores, mas a legenda do anverso diferiu. Foi parte desta emissão a enviada também para a circulação de Moçambique.

80 RÉIS — JOANNES.VI.D.G. PORT.BRAS.ET.ALG.REX. Ao alto uma coroa e dentro dum círculo de contas o valor 80 entre rosetas sobre o ano de . 1819.

Rev. — PECUNIA . TOTUM — CIRCUMIT . ORBEM. O escudo sobre a esfera. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820.

40 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 40 sobre o ano de . 1819.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820, 1821 e 1822.

20 RÉIS — Idem. Dentro dum círculo de contas o valor 20 entre rosetas sobre o ano de . 1819.

Rev. — Idêntico. Ae.

Conhecem-se exemplares de 1820 e 1821 ⁽¹⁾.

Os de 1821 são raros.

O problema que se oferece primeiramente é o da origem desta emissão, indubitavelmente toda brasileira. Kurt Prober tentou equacionar o problema e o seu estudo seria interessante se não tivesse sido, após escusados remoques aos colegas lusitanos, em que, entre o mais, os acusa de não relerem a legislação existente... que ele não leu, como o demonstra exuberantemente quando afirmou que foi em Moçambique que se fez a carimbagem da coroa pequena, se não tivesse sido, dizíamos nós, engolido pela lógica. O Senhor Prober finalizou o seu trabalho (*As moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe»*) com o seguinte quadro:

Baía para Moçambique — 20, 40 e 80 Réis de 1819

Rio para Moçambique — 20, 40 e 80 Réis de 1820

Baía para S. Tomé e Príncipe — 40 Réis de 1821 — 53 pérolas

Lisboa para ? — 40 Réis de 1821 — 61 pérolas

Baía para S. Tomé e Príncipe — 40 Réis de 1822

o que, mais ou menos, confirma mais tarde no seu *Catálogo*, onde se estabelece que as Emissões de 1819 são da Baía para Moçambique, as de 1820 do Rio para Moçambique e as de 1821 e 1822 da Baía para S. Tomé e Príncipe.

⁽¹⁾ O numismata brasileiro Senhor Prober não cita também esta data no seu recente *Catálogo*.

Conclui-se que para o Senhor Kurt Prober nunca mais o Rio de Janeiro, desde 1815, cunhou moeda para S. Tomé e Príncipe que, no período de 1819-1822, só em 1821-1822 foram emitidas moedas para esta última possessão, que essa emissão só constou de moedas de 40 Réis e que Lisboa colaborou com o Brasil no fornecimento de numerário, emitindo moedas de 40 Réis, no ano de 1821, com destino às possessões portuguesas de África, Moçambique ou S. Tomé e Príncipe ou para ambas simultâneamente.

Até prova em contrário estamos convencidos que a origem lisboeta de qualquer emissão neste período tem que ser posta de parte e é o próprio Senhor K. Prober que aventta tal hipótese baseando-se apenas no facto de que o soberano português ansiava aumentar os proventos da Fazenda Nacional, depois de ter deixado em extrema penúria o erário brasileiro.

Os colegas lusos não corresponderam ao repto do ilustre confrade brasileiro e não souberam ou não puderam responder à interrogação que deixou em suspenso *como, quando e em que quantidade estas moedas (os 40 Réis de 1821) foram parar a S. Tomé e Príncipe (ou Moçambique)*, se é que foram emitidas em Lisboa, o que é muito duvidoso.

Enquanto não surgirem provas documentais somos levados a crer que a origem destas numismas é toda ela brasileira.

Na 1.^a edição deste desvalioso estudo nós, mal ou bem, seguimos a tradição da origem fluminense de toda a emissão de 1819-1822 tal como a da 1.^a (1813-1815).

Vamos por partes e com calma, estudando ano por ano. É o Senhor Kurt Prober que nos vem auxiliar. Antes de mais, queremos aqui prestar, apesar de tudo, a este numismata brasileiro as nossas homenagens. Concorrem neste Senhor variados méritos, aliando, a muito apreciáveis qualidades de trabalho, reais atributos de investigador. E, ao discutir um assunto que sabemos ser caro a ambos, fazemo-lo tendo em conta o respeito que nos merecem todos os homens, mesmo quando não estão de acordo connosco.

Comecemos então pelo *Ano de 1819*:

O Aviso de 27-10-1819 refere-se à emissão de 1813-1815 feita no Rio para S. Tomé e salienta a conveniência de se mandarem para a Casa da Moeda da Baía os *referidos cunhos* (que serviram para aquela mesma emissão de 1813-1815) sendo desejável que deles se fizesse a respectiva remessa em 3 de Novembro do mesmo ano de 1819.

Raul Cuvreur, que tratou este assunto duma maneira superior, admittira generosamente que os cunhos podiam ter sido realmente enviados, embora o documento em questão nada esclarecesse. Claro que o documento não o

poderia esclarecer, pois tratava-se dum Aviso em que se achava conveniência apenas no envio. O que não há, ou não apareceu ainda, é documento em que se prove que foram realmente enviados para a Baía.

Quando se exhibe o Aviso de 9-8-1820, em que se dá conta do envio da moeda provincial de cobre para Moçambique, não se diz que partia da Baía.

Travassos Valdez afirma que *foram para alli mandadas do Rio de Janeiro* e já Aragão se referia ao mesmo envio do Rio para Moçambique da moeda provincial, o que foi bem salientado por Raul Couvreur.

Ora o que se mandava seguir ou, aliás, o que se achava desejável que fosse enviado para a Baía eram os antigos cunhos e eu estou convencido que não chegaram a sair. Abriram-se cunhos novos, e no Rio de Janeiro, que também não foram enviados para S. Salvador.

É Kurt Prober que afirma que a, para mim problemática, cunhagem da Baía se efectuou já no princípio de 1820. Fica assim de pé a hipótese, para não dizer a certeza, de que as moedas de (80, 40 e 20 Réis) de 1819, que existem, foram cunhadas no Rio de Janeiro nesse ano, depois de Novembro de 1819, e, como diz Couvreur, também muito possivelmente até esse mês de Novembro.

Repugna-me aceitar, por ser pouco curial, a hipótese da aposição de ante-data (cunhagem na Baía em 1820 com data anterior de 1819).

Ano de 1820 :

Kurt Prober diz que a cunhagem se efectuou na Baía já no princípio do ano de 1820, mas mais adiante afirma, que a Casa da Moeda do Rio de Janeiro teve de entrar em actividade suplementar, *sendo por isso da sua fabricação exclusiva todas as moedas de 1820.*

Couvreur, que notou este ilogismo do Senhor K. Prober, excluiu desde logo a hipótese da origem baiana das moedas provinciais de 1820.

Porque entrou em actividade suplementar a oficina monetária da capital brasileira? E porquê actividade suplementar? Naturalmente porque com a actividade normal não podia dar cumprimento ao Aviso de 9 de Agosto de 1820. Entrou em actividade suplementar para apressar o que estava cunhando em actividade normal — as moedas provinciais de 80, 40 e 20 Réis de 1820.

1821 — 1822

É ainda o Senhor Kurt Prober que deduz que ao abrigo do citado Aviso de 27-10-1819 a Casa da Moeda da Baía se constituiu em *uma espécie de «madrinha» de S. Tomé e Príncipe, de modo que continuou a cunhagem das moedas para aquela Colónia Portuguesa ainda nos anos 1821 e 1822,*

mas em escala muitíssimo reduzida... Refere-se o nosso muito ilustre confrade de além-Atlântico à cunhagem das moedas de 40 Réis de 1821 e 1822, tendo Lisboa coadjuvado a oficina baiana emitindo igualmente moedas de 40 Réis no ano de 1821, mas não já no ano seguinte! Então porque não se determinou a continuação da emissão para melhor se fazer frente ao custoso aparelho administrativo nacional, a que se refere Kurt Prober, e dar-se mais cabal demonstração do regresso do Governo à Metrópole?!

Esta hipótese de emissão da mesma moeda, do mesmo valor, no mesmo ano, em locais tão distantes deve ser apenas uma hipótese e os arquivos da nossa Casa da Moeda ainda nada nos revelaram, até agora, que nos desse, pelo menos, uma meia certeza.

Se o Rio de Janeiro emitiu as moedas provinciais de 80, 40 e 20 Réis de 1819, de 80, 40 e 20 Réis de 1820, também os cunhos continuaram a trabalhar, nos anos seguintes, na mesma cidade e é claro que ali foram emitidas os 40 Réis de 1821 e 1822 e ainda os 20 Réis de 1821, que também existem.

S. Tomé ou S. Tomé e Moçambique se, segundo a nossa hipótese, não tiveram madrinha, não perderam, pelo menos, o padrinho, que foi S. Sebastião do Rio de Janeiro.

E de resto a Baía não podia continuar aquilo que não tinha começado!

Lisboa só mais tarde deu a tal demonstração cabal de que o Governo de D. João VI estava radicado na metrópole, quando se ordenou a amoe-dação, para S. Tomé, no ano de 1825, em que o soberano português teimosamente ainda se intitulava rei do Brasil.

Moedas para S. Tomé?

Moedas para Moçambique?

Moedas para S. Tomé e Moçambique?

Não havendo dúvidas, hoje, e não pode haver, de que a emissão de 1813-1815 se destinou a S. Tomé e Príncipe, tem aparecido quem, merecedor de grande crédito no mundo numismático, não discutindo que a emissão se destinava àquela possessão equatorial, encarasse a hipótese de que parte dela tivesse sido desviada para o curso de Moçambique.

É Luís Travassos Valdez quem primeiro noticia o envio feito em 1820. Ninguém nos diz, porém, que as moedas enviadas em 1820 eram de 1820 ou de 1819 e 1820... Mas admitamos que não eram de 1813-1815 por ser crível já não haver no Rio *stock*, pequeno que fosse, dessas moedas.

Desde que assim se convencionou, abandonemos o assunto e, de resto, nós mesmos, já na 1.^a edição deste trabalhinho, seguimos o que se tinha

como geralmente aceite. Voltemos, por isso, às moedas do período de 1819-1822, mas antes permita-se-nos salientar, o que é axiomático, que uma moeda mandada cunhar para um território pode ter circulado só nesse território como pode vir a ser encaminhada, em parte ou no todo, para a circulação dum outro ou outros territórios nacionais e ter até aceitação em terras estranhas.

O primeiro caso deu-se, ou parece ter-se dado, com a emissão de 1813-1815 e o 2.º deu-se com a de 1819-1822. Aquela destinou-se a S. Tomé e circulou, ao que parece, só em S. Tomé e esta veio a ser desviada, parcialmente, para a África Oriental Portuguesa.

O já cansativamente citado Aviso de 27-10-1819 deixa implícita a realidade de que a emissão era para as Ilhas de S. Tomé, até para melhor vincular na colónia a moeda provincial própria.

Simplemente em 1820 se desviou para Moçambique, por extrema necessidade, uma parte, naturalmente substancial, da emissão, dada a tradicional e cíclica falta de numerário nesta possessão. Claro que o novo valor liberatório, de mais 100 %, causou sérias perturbações. Mas isso é outra história...

E assim se desviaram as moedas de 1819 e 1820, reforçando-se logicamente o lavramento de peças neste segundo ano, dada a divisão da emissão pelas duas colónias.

Não admira que o maior número fosse para a possessão do Índico se se atender a que era maior e mais importante.

Kurt Prober mesmo admite isso ao escrever que *tendo ficado decidido, em princípio de 1820, mandar as moedas para Moçambique e isto numa quantidade bem maior do que a que se cunhava habitualmente para S. Tomé e Príncipe,..... a Casa da Moeda do Rio de Janeiro teve de entrar em actividade suplementar.*

E, evidentemente, as de 1821 e 1822, para S. Tomé e Príncipe, podiam também ter ido parar a Moçambique se é que a pequenez das emissões o permitiu.

Em 1825 fez-se uma nova emissão, desta vez em Lisboa, com os mesmos valores — 80, 40 e 20 Réis — e exactamente igual à anterior. Fabricaram-se 13.985 moedas de 80 Réis, 24.393 de 40 Réis e 27.947 de 20 Réis, lavraram-se 1.059 arráteis e 8 onças de cobre e gastaram-se 2.653.460 réis.

A moeda conservou os mesmos tipo e peso e as mesmas legendas, intitulando-se D. João VI ainda rei de Portugal, do *Brasil* e dos Algarves. A data da amoeção ainda não tínhamos reconhecido oficialmente a independência brasileira, o que só sucedeu em 29 de Outubro daquele ano.

CONTRAFACÇÕES — Das de 80 Réis há falsas em bronze, pesando 18,70 gramas, quando as autênticas pesam apenas 15,30.

—————//—————

Aquelas moedas da 1.^a emissão vieram a circular no Brasil e para isso foram também carimbadas com o escudete de acordo com o Alvará da Regência de 18 de Abril de 1809. Como esta operação se fez de 1809 até, julga-se, 1812, natural é que, de 1813 a 1822, elas tivessem circulado naquela nossa colónia de além-Atlântico.

Conhecem-se carimbadas de:

80 Réis de 1813 e de:

40 Réis do mesmo ano.

Não queremos deixar de patentear aqui a discordância do Senhor Kurt Prober quanto ao curso destas moedas carimbadas no Brasil, afirmando (in «*Moedas de cobre, etc.*») *que aparecem estas peças de vez em quando com «Carimbo de Escudete» do tipo aplicado no Brasil, como se aqui no Brasil esta moeda tivesse circulado e recebido esta contramarca por engano. Entretanto, trata-se de carimbos «falsos», aplicados unicamente para explorar coleccionadores inexperientes, e só nos resta lamentar que desta forma se estraguem moedas tão valiosas para nós.*

Mais tarde, no seu *Catálogo*, o conhecido numismata brasileiro corrobora a sua opinião anterior, afirmando que a aplicação do carimbo sobre as moedas da 1.^a e 2.^a emissões é irregular e que, quase sempre, se trata de carimbos falsos.

A título de curiosidade devemos acrescentar que são vulgares no Brasil exemplares da 2.^a emissão com aplicação do chamado carimbo geral: 80 Réis de 1819 e 1820 C/C 20, e 40 Réis de 1819, 1820, 1821 e 1822 C/C 10.

—————//—————

Pela Portaria de 3 de Novembro de 1854 foram aproveitadas para a Colónia de Moçambique, por falta de meio circulante ali, carimbando-se com uma pequena coroa.

São conhecidas as seguintes:

80 Réis de: 1813, 1819, 1820 ⁽¹⁾ e 1825;

40 Réis de: 1813, 1815, 1819, 1821 e 1825;

20 Réis de: 1813, 1815, 1819 e 1820 ⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Em pequeno número. Segundo o inquérito levado a efeito por Costa Couvreur, em 1956, só tomou conhecimento da existência de 2 exemplares carimbados de 20 Réis de 1820.

Não fomos inteiramente felizes quando deixámos isto exarado na 1.^a edição deste opúsculo, em 1941. Seria mais correcto se disséssemos que, pela referida Portaria, se mandara carimbar toda a moeda de cobre para se conhecer com toda a exactidão a quantidade dela circulante em S. Tomé e Príncipe.

Para lá se enviou o carimbo e lá se carimbou toda a moeda em circulação, provincial e outra que, porventura, circulasse nessas ilhas. A este facto se refere, também, Travassos Valdez (obra cit., pág. 35).

Raul da Costa Couvreur (in *Nummus*, n.^{os} 11 e 12) realçou incontroversamente a inexactidão da afirmação de Kurt Prober quando diz que fora em Moçambique que estas moedas sofreram a aposição do dito carimbo.

Este, constante de uma coroa pequena, castigou as moedas provinciais de S. Tomé das 3 emissões (1813 a 1825).

É hoje ponto assente que todas elas devidamente carimbadas vieram a entrar um pouco mais tarde na circulação moçambicana, a qual continuava ávida de numerário.

O saudoso Raul Couvreur, nos mesmos números da *Nummus* (*As moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe*), prestou um extraordinário serviço aos estudos da numária ultramarina ao inserir o célebre requerimento do deputado Jacinto Pereira Carneiro, vindo a lume no *Diário da Câmara dos Deputados*, n.^o 7, de 8 de Julho de 1854. Antecedendo cinco meses aquela Portaria, Pereira Carneiro requer que se mande carimbar a moeda de cobre da Província de S. Tomé e Príncipe para se saber toda a quantidade existente, proclamando, outrossim, a extrema urgência em mandá-la retirar da circulação, substituindo-a por moeda forte.

Se foi toda retirada ou não, isso não está esclarecido. Estamos convencidos que não, pois deve-se ter convindo, *in loco*, na necessidade de circulação de moeda divisionária de que o arquipélago não podia ficar totalmente despojado, tanto mais que o decreto de 4 de Setembro do mesmo ano proibia entrada de moeda de cobre. Parte, porém, é indubitável que foi mandada para a nossa África Oriental.

Entretanto, ainda ali corriam as moedas de cobre que tinham sido *para ali mandadas do Rio de Janeiro em 1820* (Trav. Valdez — obra cit., pág. 39).

—————//—————

Em 1871 foram mandadas circular no arquipélago dos Açores, juntamente com outras peças de vária proveniência, applicando-se-lhes o carimbo — coroa grande.

Conhecem-se assim contramarcadas:

80 Réis de — 1813, 1819, 1820 e 1825;

40 Réis de — 1813, 1819 e 1821;

20 Réis de — 1813 e 1819.

Em 1887 continuavam a correr nos Açores, com outras, portuguesas e estrangeiras, mas, pela Lei de 3 de Outubro desse ano, após-se-lhes o conhecido carimbo G.P. coroadado (Governo Português).

Conhecemos um exemplar de 80 réis de 1813 assim contramarcado.

—————//—————

A moeda legal em S. Tomé e Príncipe passou depois a ser a da Metrópole.

Isto dizíamos nós em 1941.

Acrescente-se que em 1856, segundo Travassos Valdez, era livre a entrada, nas duas ilhas (*onde a única provincial que há... é a de cobre* — T. Valdez — obra cit. pág. 35), de moeda de ouro e de prata, nacional e estrangeira e que tinha giro entre os comerciantes sem câmbio fixo.

Da nacional de ouro destacava-se a *Peça* com o valor liberatório de 10.000 Réis e, da estrangeira de prata, a *Pataca* brasileira valendo 1.200 réis as quais, segundo o mesmo Autor, eram as moedas de ouro e prata que giravam na Província *com typo legal* (sic).

ESTADO NOVO

a) 1929

Só em 1929 ⁽¹⁾ voltou esta província ultramarina a ter moeda própria. Na Casa da Moeda de Lisboa fez-se uma emissão de alpaca de 50, 20 e 10 centavos.

REPUBLICA PORTUGUESA — 1929 — Busto à esq.

Rev. — S. TOMÉ E PRÍNCIPE. Ao alto as armas nacionais.

No exergo, em duas linhas, o valor.

b) Colónia de S. Tomé e Príncipe

Dez anos mais tarde uma nova emissão se fez, igualmente em Lisboa. Compunha-se ela de moedas de prata de 10\$00, 5\$00 e 2\$50 e de cupro-níquel de 1\$00.

(¹) Embora seja de 25 de Abril de 1929 a disposição legal que manda emitir estas moedas, existem \$50 de 1928 (moeda com serrilha e ensaio sem serrilha).

Descrevem-se, as primeiras, da maneira seguinte:

REPUBLICA . PORTUGUESA . 1939. As armas nacionais sobre a cruz de Cristo.

Rev. — COLONIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE. O valor.

As armas de S. Tomé e Príncipe.

E, as de cupro-níquel, assim:

REPUBLICA PORTUGUESA. No campo em duas linhas
1 ESCUDO.

Rev. — COLONIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE . 1939.

As armas de S. Tomé e Príncipe.

As de 5\$00 e 2\$50 voltaram a emitir-se em 1948.

—————//—————

Ainda no ano de 1948 foram mandadas cunhar moedas de alpaca de 1\$00 e \$50, ambas com o mesmo tipo da moeda de 1\$00 de 1939.

c) S. Tomé e Príncipe

Emitidas na Casa da Moeda de Lisboa:

REPÚBLICA . PORTUGUESA . 1951. As armas nacionais sobre a cruz de Cristo.

Rev. — S. TOMÉ . E . PRÍNCIPE. O valor.

Prata — 10\$00 — 1951

5\$00 — 1951

2\$50 — 1951

Prata — 5\$00 — 1962 (módulo menor)

Alpaca — 2\$50 — 1962 (módulo igual à de 1951).

REPÚBLICA . PORTUGUESA. No campo em duas linhas o valor.

Rev. — S. TOMÉ . E . PRÍNCIPE. A data.

As armas da Província.

Cupro-níquel — 1\$00 — 1951

\$50 — 1951

Bronze — 1\$00 — 1962

\$50 — 1962

\$20 — 1962

\$10 — 1962 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Quando finalizávamos a revisão deste insignificante estudo, foi-nos gentilmente enviada pelo Autor uma cópia dactilográfica dum artigo, a publicar no «*Boletim do Clube Filatélico de Portugal*», intitulado *Nótulas Numismáticas — Achados numismáticos em Moçâmedes e S. Tomé*. Subscreve-o o nosso ilustre amigo e confrade Dr. Arnaldo Brazão, a quem tantos estímulos ficamos devendo na confecção da reedição da *Descrição*.

BIBLIOGRAFIA

ANGOLA

- 1 — D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo IV, pág. 290 — Lisboa, MDCCXXXVIII.
- 2 — MANOEL SEVERIM DE FARIA — *Notícias de Portugal* — 2.^a edição, pág. 185 — Lisboa, MDCCXL.
- 3 — Autor desconhecido — *Diccionario Universal das Moedas assim metallicas como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, etc., etc., por...*, págs. 180-181 e 191-192 — Lisboa, MDCCXCIII.
- 4 — FR. JOSÉ MARIANO VELOSO — *Relação das moedas dos paizes estrangeiros, com o valor de cada huma, reduzido ao dinheiro Portuguez para o uso dos commerciantes, publicada, debaixo dos auspícios, e ordem de S. Alteza Real, etc., etc.*, págs. 77-78 — Lisboa, MDCCC.
- 5 — FERDINAND DENIS — *Portugal Pittoresco ou Descripção historica d'este reino*. Vol. III, págs. 246-247 — Lisboa, 1847.
- 6 — MANOEL BERNARDO LOPES FERNANDES — *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao anno de 1856*, págs. 235-236, 266-271, 276-277, 284, 292 e 331-332 — Lisboa, 1856.
- 7 — A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'Histoire portugaise du travail*, págs. 97-100 — Paris, 1867.
- 8 — VISCONDE DE SANCHES DE BAENA — *Catalogo descriptivo das moedas e medalhas portuguezas que formam parte da collecção do...*, págs. 40-43 — Lisboa, 1869.
- 9 — *Catalogo das moedas e medalhas que pertenceram ao fallecido colleccionador Abilio Augusto Martins*, págs. 14-15 — 1886.
- 10 — JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO — *Diccionario das moedas, pezos e medidas e informações commerciaes de todos os paizes*, págs. 41-42 — Lisboa, 1895.
- 11 — JOSÉ MARIA DO CARMO NAZARETH — *Numismatica da India Portuguesa*, págs. 98-102 e 184 — Nova Goa, 1896.
- 12 — RAYMOND SERRURE — *Collection de Feu M. Rodrigo J. Alves Souto de Lisbonne. Monnaies & Médailles françaises & étrangères*, pág. 17 — Paris, 1896.
- 13 — JULIUS MEILI — *O meio circulante no Brasil — Parte 1.^a As moedas da colónia do Brasil* — Zurich, 1897.
- 14 — MANUEL JOAQUIM PEREIRA — *Catalogo das Moedas da India e Africa Portuguesa que possui o Museu Municipal do Porto*, págs. 25-31, 33 e 35 — Ano de 1901.
- 15 — *Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas, continentaes e coloniaes e de medalhas portuguezas e estrangeiras*, págs. 20-21 — Liquidadora, Lisboa, 26 a 30 de Maio de 1901.
- 16 — JOSÉ LAMAS — *Catalogo descriptivo das moedas portuguezas e outras que formam parte da collecção que foi organizada por...*, págs. 159-163 e 165-166 — Lisboa, 1903.
- 17 — *Collection Cyro Augusto de Carvalho. Monnaies et Médailles portugaises*, págs. 56-58 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1905.
- 18 — *Catalogo de uma collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, moedas brasileiras, jetons, pesos, sellos e senhas portuguezas e medalhas portuguezas*, págs. 29-30 — Liquidadora, Lisboa, 28 de Janeiro de 1906.
- 19 — *Monnaies indo-portugaises, du Brésil, des colonies africaines et des Iles. Collec-*

tions Manoel Joaquim de Campos et José Lamas, págs. 29-30 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1906.

20 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — Consulado de Portugal no Rio de Janeiro — *Espolio de Joaquim Gomes de Souza Braga. Catalogo da collecção numismatica pertencente ao mesmo espolio*, págs. 194-199 — Rio de Janeiro, 1906.

21 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XII, pág. 195 — 1907.

22 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Catalogo da Collecção Numismatica Brasileira*, estampas VII e LII — Rio de Janeiro, 1908.

23 — *Collection Joaquim José Judice dos Santos. Monnaies et médailles du Portugal, monnaies coloniales, du Brésil, des Indes Portugaises et de l'Afrique. Monnaies et médailles de l'empire du Brésil*, págs. 110-111 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1908.

24 — *Collection de M. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia. Monnaies du Portugal. Monnaies Coloniales de l'Afrique, du Brésil et des Indes Portugaises. Monnaies Brésiliennes de l'empire et de la république. Médailles du Portugal et du Brésil. Papier-monnaie*, págs. 46-47 — J. Schuman, Amesterdão, Março de 1909.

25 — *Collection de Feu le Dr. Julius Meili à Zurich — Première Partie. Monnaies continentales et coloniales du Portugal. Série de monnaies découpées ou contremarquées surtout des Indes Occidentales. Monnaies des Grands-Maitres de Malte*, pág. 73 — J. Schulman, Amesterdão, Maio de 1910.

26 — *Moedas portuguezas continentaes e coloniaes. Moedas brasileiras, jetons, pezos, sellos e senhas portuguezas. Medalhas portuguezas. Catalogo illustrado*. 8.º Leilão de moedas e medalhas, págs. 24-25 — Liquidadora, Lisboa, 3 de Junho de 1910.

27 — *Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, de Mr. le Dr. jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro. Monnaies et médailles du Portugal et de ses colonies et l'empire du Brésil*, pág. 36 — J. Schulman, Amesterdão, 1911.

28 — *Catalogue de monnaies et médailles. Asie, Afrique, Amérique, Océanie et des colonies anglaises, allemandes, danoises, espagnoles, françaises, italiennes, hollandaises et portugaises dans les pays d'outre-mer*, págs. 79-81 — J. Schulman, Amesterdão, Dezembro de 1911.

29 — *Portugal et Brésil. Monnaies, médailles, décorations, livres numismatiques*, págs. 72-74 — J. Schulman, Amesterdão, Abril de 1912.

30 — *Collection Henry Thomas Grogan*, págs. 54-59 — J. Schulman, Amesterdão, Fevereiro de 1914.

31 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XX, pág. 27 — 1915.

32 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XXI, pág. 310 — 1916.

33 — *Numismatic Circular*, págs. 532-533 — Londres, Nov.-Dez. de 1925.

34 — *Numismatic Circular*, pág. 519 — Londres, Out. de 1927.

35 — *Numismatic Circular*, pág. 544 — Londres, Dez. de 1929.

36 — O *Archeologo Portuguez*, Vol. XXIX, pág. 269 — 1930-31.

37 — SANTOS LEITÃO & C.ª — *Catalogo. Preço corrente de Moedas Brasileiras de 1643-1933*, págs. 7 e 45 (2.ª edição) — (Rio de Janeiro-1933); págs. 121-122 e 146-147 (5.ª edição) — (Rio de Janeiro — 1948).

38 — HERMANN PORCHER — *Catalogo illustrado de moedas brasileiras, 1643-1935*, págs. 44 e 49 — S. Paulo, 1934.

39 — PEDRO BATALLA REIS — *A Moeda de Angola*, Separata do Catálogo do Banco de Angola (Exposição Colonial do Porto em 1934) — Lisboa, 1934.

40 — Sociedade Numismática Brasileira — S. Paulo. *Lista official dos preços de moedas brasileiras — cobre — bronze*, págs. 25, 39, 47 e 53 — S. Paulo, 1935.

- 41 — PEDRO BATALHA REIS — *Numismática*. Separata do Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, págs. finais — Lisboa, 1937.
- 42 — WAYTE RAYMOND & STUART MOSHER — *Coins of the World*, pág. 14 — New-York, 1938.
- 43 — *Colecção de moedas de Manuel Victorino Baptista*, pág. 13 — Coimbra, 1938.
- 44 — LUÍS PINTO GARCIA — *Moedas contramarcadas continentais, açoreanas e coloniais que correram nos Açores e nas Colónias*, págs. 40-49 — Castelo Branco, 1938.
- 45 — LUIZ TRAVASSOS VALDEZ — *Notícia sobre os Pezos, Medidas e Moedas de Portugal e suas possessões ultramarinas e do Brazil comparando os antigos systemas com novo systema metrico decimal*, págs. 35-37 — Lisboa, 1856.
- 46 — *O Pavilhão do Banco de Angola na Exposição-Feira de Luanda*. (Descrição numismática da autoria de Monsenhor Alves da Cunha) — Agosto de 1938.
- 47 — HERMANN PORCHER — *Catálogo de Preços de Moedas Brasileiras — 1643-1945*, pág. 128 — S. Paulo, 1945.
- 48 — ANTÓNIO DURÃES — *A Moeda de Angola desde o regime dos Altos Comissários*. (Meros subsidios para quem seja estudioso e lhe interesse o assunto) — in *A Permuta*, n.º 12, págs. 11-14 — Porto, Setembro de 1959.
- 49 — KURT PROBER — *Catálogo das Moedas Brasileiras*, pág. 110 — (S. Paulo, 1960).
- 50 — EMÍDIO CECÍLIO MOREIRA — *Numismática de Angola (subsidios)* — Luanda, 1963.

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

- 1 — MANOEL BERNARDO LOPES FERNANDES — *Memoria das moedas correntes em Portugal desde o tempo dos Romanos até ao anno de 1856*, págs. 293 e 303-304 — Lisboa, 1856.
- 2 — A. C. TEIXEIRA DE ARAGÃO — *Description des monnaies, médailles et autres objets d'art concernant l'Histoire portugaise du travail*, pág. 99 — Paris, 1867.
- 3 — *Catalogo das moedas e medalhas que pertenceram ao falecido colleccionador Abilio Augusto Martins*, pág. 15 — 1886.
- 4 — JOSÉ NICOLAU RAPOSO BOTELHO — *Diccionario das moedas, pezos e medidas e informações commerciaes de todos os paizes*, pág. 216 — Lisboa, 1895.
- 5 — MANOEL JOAQUIM PEREIRA — *Catalogo das Moedas da India e Africa Portuguesa que possui o Museu Municipal do Porto*, págs. 31-32 — Ano de 1901.
- 6 — *Catalogo de uma importante collecção de moedas portuguezas, continentaes e coloniaes e de medalhas portuguezas e estrangeiras*, pág. 21 — Liquidadora, Lisboa, 26 a 30 de Maio de 1901.
- 7 — JOSÉ LAMAS — *Catalogo descriptivo das moedas portuguezas e outras que formam parte da collecção que foi organizada por...*, págs. 164-165 — Lisboa, 1903.
- 8 — *Collection Cyro Augusto de Carvalho, Monnaies et médailles portugaises*, pág. 58 — J. Schulman, Amesterdão, Setembro de 1905.
- 9 — *Catalogo de uma collecção de moedas portuguezas continentaes e coloniaes, moedas brasileiras, jetons, pesos, sellos e senhas portuguezas e medalhas portuguezas*, pág. 28, moeda n.º 867 — Liquidadora, Lisboa, 28 de Janeiro de 1906.
- 10 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Consulado de Portugal no Rio de Janeiro. Espolio de Joaquim Gomes de Souza Braga. Catalogo da collecção numismatica pertencente ao mesmo espolio*, pág. 200 — Rio de Janeiro, 1906.
- 11 — AUGUSTO DE SOUZA LOBO — *Catalogo da Collecção Numismatica Brasileira, estampas LI e LXII* — Rio de Janeiro, 1908.
- 12 — *Collection Joaquim José Judice dos Santos. Monnaies et médailles du Portugal*,

monnaies coloniales, du Brésil, des Indes Portugaises et de l'Afrique. *Monnaies et médailles de l'empire du Brésil*, pág. 111 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1908.

13 — *Collection de M. Alvaro de Araujo Ramos, de Bahia. Monnaies du Portugal. Monnaies coloniales de l'Afrique, du Brésil et des Indes Portugaises. Monnaies Brésiliennes de l'empire et de la république. Médailles du Portugal et du Brésil. Papier-monnaie*, págs. 44-45 — J. Schulman, Amesterdão, Março de 1909.

14 — *Collection de Feu le Dr. Jules Meili à Zurich — Première Partie. Monnaies continentales et coloniales du Portugal. Série de monnaies découpées ou contremarquées surtout des Indes Occidentales. Monnaies des Grands-Maitres de Malte*, pág. 72 — J. Schulman, Amesterdão, Maio de 1910.

15 — *Moedas Portuguezas continentaes e coloniaes. Moedas brasileiras, jetons, pezos, sellos e senhas portuguezas. Medalhas portuguezas. Catalogo illustrado. 8.º Leilão de moedas e medalhas*, págs. 23-24 — Liquidadora, Lisboa, 3 de Junho de 1910.

16 — *Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, à Ponta Delgada, de Mr. le Dr. Jur. M. V. Calmon Vianna, à Rio de Janeiro. Monnaies et médailles du Portugal et de ses colonies et l'empire du Brésil*, pág. 35 — J. Schulman, Amesterdão, 1911.

17 — *Catalogue de monnaies et médailles. Asie, Afrique, Amérique, Océanie et des colonies anglaises, allemandes, danoises, espagnoles, françaises, italiennes, hollandaises et portugaises dans les pays d'outre-mer*, págs. 84-85 — J. Schulman, Amesterdão, Dezembro de 1911.

18 — *Portugal et Brésil. Monnaies, médailles, décorations, livres numismatiques*, págs. 71 e 139 — J. Schulman, Amesterdão, Abril de 1912.

19 — *Collection Henry Thomas Grogan*, págs. 65-66 — J. Schulman, Amesterdão, Fevereiro de 1914.

20 — SANTOS LEITÃO & C. — *Catalogo. Preço corrente de Moedas Brasileiras de 1643-1933*, págs. 45 e 52 (2.ª edição) — (Rio de Janeiro-1933), págs. 145-146 e 153 (5.ª edição) — (Rio de Janeiro — 1948).

21 — HERMANN PORCHER — *Catalogo illustrado de moedas brasileiras — 1643-1935*, pág. 48 — S. Paulo, 1934.

22 — PEDRO BATALHA REIS — *A Moeda de Angola*. Separata do Catálogo do Banco de Angola (Exposição Colonial do Porto em 1934), págs. 3, 15, 17, 33 e 35 — Lisboa, 1934.

23 — PEDRO BATALHA REIS — *Numismática*. Separata do Catálogo da Exposição Histórica da Ocupação, pág. 191 — Lisboa, 1937.

24 — *Colecção de Moedas de Manuel Victorino Baptista*, págs. 16, 34 e 80 — Coimbra, 1938.

25 — LUIZ TRAVASSOS VALDEZ — *Notícia sobre os Pezos, Medidas e Moedas de Portugal e suas possessões ultramarinas e do Brazil comparando os antigos systemas com o novo systema metrico decimal*, pág. 35 — Lisboa, 1856.

26 — *O Archeologo Portuguez*. Vol. XIX, págs. 151-152 — 1914.

27 — HERMANN PORCHER — *Catálogo de Preços de Moedas Brasileiras — 1643-1945*, págs. 128 e 130-131 — S. Paulo, 1945.

28 — KURT PROBER — *Moedas de cobre para «S. Tomé e Príncipe»* — Nvmms, n.º 5, págs. 21-28 — Porto, 1954.

29 — RAUL DA COSTA COLIVREUR — *Moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe* — Nvmms, n.º 11-12, págs. 13-20 — Porto, 1956.

30 — JOSÉ ALVES DAS NEVES — *Moedas de cobre para S. Tomé e Príncipe* — Nvmms, n.º 15-16, págs. 185-188 — Porto, 1957.

31 — KURT PROBER — *Catálogo das moedas brasileiras*, pág. 110 — S. Paulo, 1960.